

Tem policial mulher no BOPE?: Percepções etnográficas sobre a relação de gênero e violência policial¹

Ana Caroline Bonfim Pereira (USP)²

RESUMO: Este *paper* tem como objetivo instigar a reflexão sobre a relação de gênero e violência policial e tem como base a pesquisa de mestrado realizada entre 2016 e 2018 com as mulheres policiais do Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar do Amapá. A PMM-AP foi uma das instituições militares pioneiras na incorporação feminina em seus quadros, cujo fato impactou na estrutura da própria corporação. Analisa-se a inserção feminina na corporação, um ambiente reconhecido historicamente e numericamente como masculino, buscando compreender a construção do corpo feminino bopeano, bem como as percepções sobre o trabalho e a violência policial a partir da perspectiva das próprias policiais. Abordam-se também questões ligadas ao reconhecimento do trabalho executado por mulheres na instituição.

Palavras-chave: Gênero; Violência Policial; Trabalho Policial Feminino

INTRODUÇÃO

“Mas tem mulher sim no Bope, tem a mulher que faz café”

A Polícia Militar do Amapá foi uma das instituições militares pioneiras na incorporação feminina em seus quadros, o que impactou na estrutura da própria corporação. Outros espaços ainda não haviam sido ocupados por mulheres policiais na estrutura militar, como era o caso do Batalhão de Operações Especiais do Amapá (BOPE-AP). Inclusive, alimentava-se a ideia de que não poderia haver mulheres naquele ambiente, e a possibilidade de uma presença feminina se tornou motivo de chacota.

O Bope é uma referência dentro da polícia. E eu sempre admirei, e sabia também da resistência de vir mulher para cá. A gente via eles; até algumas pessoas falavam: “mas tem mulher sim no Bope, tem a mulher que faz café”. Era a referência de mulher que tinha aqui. Aí quando apareceu a oportunidade do outro curso, com certeza a gente agarrou e formou. (Policial Militar 1, 2017)

Primeiro porque o Bope sempre era visto; sempre teve uma resistência muito forte à mulher. Então, isso era sempre motivo de chacota, falar em ter mulher no Bope. E era uma coisa que ficava; e toda mulher se

¹ VII ENADIR - GT.23 – Violência policial e o sistema de justiça criminal.

² Pesquisadora, mestra em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo e licenciada e bacharela em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Amapá.

sente assim; policial feminino sentia isso. Era uma revoltinha assim, interna, que todo mundo poderia expressar. Sempre tive isso comigo: “quero fazer um curso operacional”. (Policial Militar 2, 2017)

A resistência às mulheres, como descreveu as interlocutoras, era um assunto bastante comentado na instituição. A frase: “mas tem mulher sim no bope, tem a mulher que faz café” ampliava o sentimento de que era impossível ser mulher e ser pertencente ao batalhão de elite. O sentimento de negação semeou nessas mulheres o desejo de mudar essa história.

Há uma tendência, nos relatos, de não destacar – ou mesmo omitir – os possíveis conflitos existentes no que se refere à inserção do policiamento feminino. Mesmo quando é relatado que houve algum momento de reivindicação, isto é trazido como algo sem disputas, fruto apenas de uma decisão nas reuniões do comando geral.

Mesmo quando se trata das disputas internas entre os membros, ressalta-se que havia no máximo “brincadeiras saudáveis” sobre a presença feminina no Bope – sejam tais brincadeiras como fossem. Esses relatos surgiram principalmente durante as entrevistas em grupo.

A construção do imaginário alimentava a ideia de que ser do Bope não era um trabalho possível para o corpo feminino, a partir de narrativas que negam ou minimizam o trabalho feminino e o seu impacto.

Dessa forma, este *paper* se propõe a analisar como foi a inserção feminina no Bope e quais seus principais desafios a partir de elementos da pesquisa de mestrado, realizada no período de 2016 e 2018, acerca da violência policial e a percepção dos policiais sobre ser policial e sobre o trabalho policial no Amapá. A reflexão busca responder de que maneira a ideia de gênero e violência relacionam-se sociologicamente. Tais respostas subsidiaram a identificação das condicionantes as quais o grupo feminino de policiais militares é submetido, em seu contexto organizacional, no que se refere, sobretudo, ao reconhecimento de seu trabalho e às relações de poder e dominação.

O objetivo desse *paper* é compreender a percepção dessas policiais sobre sua própria atuação e analisar os conflitos que as diferenças de gênero ocasionam nas diversas esferas que compõem a instituição. Para cumprir tais objetivos foram analisadas quatro entrevistas semiestruturadas em profundidade com policiais militares mulheres da instituição de diversas funções. Desta forma, parte considerável da análise foi estruturada a partir das reflexões que surgiram das entrevistas sobre as experiências e trajetórias profissionais de policiais femininos.

Uma das maiores dificuldades em relatar sobre o campo durante a pesquisa foi a seguinte: aqui, nome e a data da turma não podem ser reveladas, uma vez que o número de mulheres ingressantes nessa turma de formação não passou a ter mais de 27 mulheres e houve apenas

uma turma segundo relatos de campo. Dessa forma, informar os nomes e as datas destes acontecimentos possibilitaria a identificação das interlocutoras, que se formavam em até 13 mulheres, ainda segundo relatos de campo.

“Ser pioneira não é fácil”

O processo de se tornar bopeana, desde o processo de inscrição, foi desafiador para as mulheres. Antes mesmo do início do processo, elas foram desestimuladas por parte de colegas e familiares. A introjeção de ideias de incapacidade de alcançar esses espaços constituem uma sobreposição de obstáculos no desenvolvimento da carreira dessas mulheres.

Na minha família também foi um impacto, minha mãe não queria de jeito nenhum. Até porque ela, como a maioria das pessoas aí fora tem a visão de que o bope mata, que o bope tortura, tem um tratamento com a sociedade diferenciado. Eu acredito que ela também tem a mesma visão. Então quando eu disse para ela que eu iria fazer a inscrição. Ela disse: “não, não, não!”. Eu resolvi não comentar mais lá em casa. E foi rolando o processo de inscrição, e tudo mais. E eu não avisei mais nada. Só avisei quando eu já tinha passado pelas etapas do TAF, quando já ia iniciar o curso. Aí eu já avisei: “Olha mãe eu vou fazer”. “Menina tu tem certeza que vai fazer isso? Isso não é para ti”. Mas fiz. (Policia Militar 1, 2017)

Muito complicado, ninguém aceitou na minha família. Eles diziam “ela ta ficando louca”, mas eu já tinha os meus objetivos traçados. (Policia Militar 4, 2017)

Dentro da instituição o desestímulo não foi diferente e as pessoas que tinham certeza que elas não conseguiram finalizar o curso. Para um policial fazer a inscrição de um curso de formação, ele precisa de autorização do comando do batalhão para ser liberado para as atividades do curso. As policiais disseram que não houve resistência por parte do comando em liberá-las, porém elas perceberam que eles desacreditaram na capacidade delas de finalizar a formação para entrar no Bope.

Olha em primeiro momento eles já estavam esperando que eu voltasse pro meu batalhão. ‘Não vai dar certo’, ‘vai desistir’, ‘é muito pesado’. Até porque eu tenho tipo físico, não é muito impactante assim, não causa muita... Exatamente!” (Policia Militar 2, 2017)
Me liberaram pra fazer o curso, mas já contando com o meu retorno de não ter conseguido. Não só eu, como as demais. (Policia Militar 3, 2017)

O trabalho das policiais está marcado pelas relações de poder e de gênero, assim como as dificuldades que encontram no exercício de sua função. As diferenças de gênero ocasionam

conflitos nas diversas esferas que compõem a instituição, que fomenta uma certa “hegemonia da masculinidade”, expressa claramente no Bope, construído como um espaço apenas masculino. A partir de tal compreensão, pretende-se apresentar questões, sob os mais diversos matizes, com o intuito de compreender importantes questões inerentes ao conflito “instituição versus gênero”.

Antes de conseguirem finalizar o curso de formação, algumas policiais haviam tentado fazer o curso misto, que tinha como integrantes homens e mulheres de diversos batalhões, mas afirmam que o tratamento com as mulheres foi desigual.

A gente também tentou outro curso. Primeiro a gente tentou vir para cá, num curso misto. E a gente saiu assim, em menos de meia hora. Porque o tratamento foi bem desigual. Eu saí com 6 pontos na testa, no supercílio. Aí quando minha mãe e meu pai viram; quando eu falei que ia tentar de novo, a minha mãe rezava contra, rezava para eu não passar em nenhuma fase. “Pô mãe! Assim não dá. Eu me esforço e a senhora reza contra”. Mas depois: “Ah o que tu quer eu vou tentar aceitar (a mãe dizendo). Mas a mesma visão: “mas o bope mata...”. (Policial Militar 2, 2017)

O tratamento desigual no curso misto tornava impossível que as mulheres conseguissem dar continuidade no curso. Anos depois veio uma determinação do comando geral de um curso somente para mulheres e nasceu uma esperança de que poderia ser possível fazer um curso de formação com a mesma exigência do curso misto, porém com um diferencial no tratamento igualitário por se tratar de um curso voltado para o público feminino.

A formação destinada para mulheres foi desafiadora desde o começo, pois, antes mesmo de iniciar, um escândalo envolvendo o curso foi motivo de desistência de mulheres que pretendiam fazer a inscrição. Um *print* de uma conversa no Whatsapp foi lançado nas redes sociais. Tratava-se de uma conversa entre um policial que ocupava um cargo elevado na estrutura militar e uma policial mulher e a conversa simulava uma possível negociação de troca de favores sexuais pela participação no curso de formação.

Você viu as histórias do Whatsaap, foi o meu nome que foi envolvido, pegaram foto minha, fizeram comentários. Quando eu vi, era antes de começar o curso, num dia de serviço no antigo batalhão foi que me mostraram. Eu li e falei “isso vai dá merda”. Aí continuei o serviço, quando foi no final do turno, tão me ligando, eles estão falando que é tu. Mas como assim, eu nem conheço a pessoa, nunca nem vi na minha vida. Eu fui na corregedoria. Então para mim o curso foi bem pior, porque foi um dos momentos mais difíceis da minha vida. Ser acusada por uma coisa que tu não fizeste e ser apontada dentro da tropa e ser julgada. Tipo, eu virei a puta da polícia. Cheguei em casa, chorei tanto. Nunca tinha me acontecido isso, ir para a corregedoria. Resumindo, não me aconteceu nada, algumas pessoas que fizeram comentários eu

consegui printar, levei lá, só falaram “fui eu”. No final dos novos procedimentos que abriram, não deu em nada. Depois eu disse “Vou entregar na mão de Deus”. Pensei né “vou fazer o curso”, me senti mal, conversei só com o meu ex-noivo, com a minha irmã: “se tu sair agora vão dizer que tu tá saindo... Então mais do que nunca “eu vou fazer”. Foi bem difícil mesmo o curso com essa situação, muitas Pfems desistiram por causa disso, por causa das conversinhas que aconteceram. Mas não me arrependo, não baixei a cabeça. Eu sei que não era eu, não tinha nada a ver com aquela história, simplesmente pegaram o meu nome. E era uma forma de prejudicar o curso, uma forma de tentar barrar o curso.

Uma tentativa de desqualificar o curso foi uma notícia falsa espalhada pelas redes sociais e mais da metade das mulheres que se inscreveram para o curso desistiram antes mesmo do curso começar. Essa notícia falsa se espalhou por todo o Brasil e todas as mulheres que decidiram seguir no curso tiveram que enfrentar essa polêmica.

Outro desafio era que a equipe que ministrou o curso era composta por policiais de Brasília. Essa decisão veio do comando e também gerou uma repercussão negativa.

o curso em si foi excelente. Veio a instrutora, ela veio de Brasília. E veio com um currículo ótimo. A única mulher com curso de operações químicas no Brasil. Formada em choque, ela tem um currículo muito bom. Só que quando ela veio, ela também sentiu metade do que nós sentimos, porque a gente já escuta a resistência, a gente já vê a resistência contra mulher já há muito tempo, ela não. Quando ela chegou que foi paga a missão para ela: “Olha tu tem uma curso para ministrar e só são mulheres”. Isso aí teve repercussão muito ruim aqui, foi muito mal comentado.

A determinação do comando geral de fazer um curso apenas para mulheres e com uma equipe altamente qualificada de outro estado foi visto como um problema pelos policiais do Bope. Durante a minha pesquisa de campo ouvi diversos comentários que colocavam em dúvida o curso de formação que as policiais mulheres fizeram. Essa resistência a mulheres no batalhão também foi comentada pelos profissionais de Brasília, que perceberam a dificuldade de atuar.

“Nunca deixar para trás”: a construção do corpo feminino no Bope

O curso de formação para mulheres foi uma determinação do comando geral da Polícia Militar do Amapá. Quando perguntado qual o motivo para que o curso fosse implementado, algumas questões ficaram sem respostas: como se dão as decisões de mudanças institucionais pela PM? Quais movimentos acompanham essas mudanças? As mudanças demandadas por quais setores da população? Tais questionamentos não são abrangidos com argumentos de que foi uma demanda da instituição militar ter mulheres em todos os setores.

A construção do corpo feminino ocorreu de forma diferente do corpo masculino. Primeiramente, porque a imagem das policiais que iniciaram o curso estava desacreditada na instituição e no batalhão. Elas já começaram sabendo que era o início de uma luta por reconhecimento, para essa imagem se transformar. A união foi uma estratégia que elas criaram durante o curso para conseguirem crescer juntas.

A gente adquiriu muito isso no curso. Pode ter suas diferenças, mas na hora a gente tem que tá unida, ainda mais na companhia que a gente serve. Ninguém atua sozinho, tem que ter seu companheiro, lado a lado. Eu sou um pouco chatinha, pego no pé das meninas (risos) “olha tá chegando muito atrasada”. A gente se cobra (Policial Militar 2, 2017)
A gente sabe que se perder uma vai ficando mais fraco. Todo mundo tem que tá se vigiando numa corrida. (Policial Militar 4, 2017)

Em questão de corrida, eu e a fulana, nós temos mais dificuldades, às vezes a gente tá numa corrida “Não me deixa para trás!” É bem legal isso. (Policial Militar 1, 2017)

As policiais que relataram esse movimento de apoiar as companheiras é constante, um exemplo prático é no momento da corrida, o apoio entre elas tem como o objetivo de não deixar ninguém para trás, sempre que possível a penúltima recua um pouco e acompanha a última, porque existe uma cobrança maior em relação a elas, pois quando um homem fica por último na corrida ele teve um desempenho menor, mas quando é uma mulher a motivação de ter chegado por último nunca será avaliada da mesma forma, como menor desempenho, e sim pela questão de gênero, por ser mulher ela corre menos.

Isso acontece principalmente quando o treinamento é de turmas mistas. Sendo assim, elas prestaram o curso de formação sabendo que as funções, apesar de serem ensinadas e treinadas da mesma forma, a cobrança sempre será maior.

Provas que testam a resistência física e força são feitas a todo o momento, por isso mulheres eram vistas como incapazes de ser do BOPE. O corpo da mulher, sendo feminino e carregando todos os símbolos de fragilidade, não “serve” para se tornar “arma”, objeto que representa a masculinidade.

Durante o avanço do curso, as perspectivas sobre a capacidade dos seus corpos foram se modificando; a partir de cada etapa do treinamento dos seus corpos, aquelas atividades não eram mais vistas como o único trabalho impossível às mulheres dentro da instituição: elas, ao receberem o mesmo treinamento e fazerem parte da mesma instituição, sob as mesmas regras, relataram que a vontade de atuar como “policial do Bope” tornou-se uma realidade possível e conseguiram enxergar a potência da nova pessoa que estava nascendo.

O curso no primeiro momento foi difícil, porque aqui o primeiro dia de curso ele é considerado um dos mais difíceis, onde você de fato é testado. Onde o seu físico é testado, seu psicológico é testado, e nós passamos realmente por esse teste. De frio, de fome, de carregar material, de ser ágil, de pensar rápido, de ser unido, de desconstruir tudo aquilo que a gente já pensava, que a gente imaginava, que a gente vivia, que a gente viveu, e reconstruir uma nova pessoa, reconstruir um novo pensamento, reconstruir uma nova mulher, uma nova profissional, que foi o que o curso de choque deu pra gente! Pelo menos pra mim foi assim. Eu me desconstruí e construí uma nova pessoa e uma pessoa melhor, eu considero hoje. (Policia! Militar 3, 2017)

Uma pessoa bem melhor! Uma profissional bem melhor, porque o curso ele não dá só a você uma oportunidade de uma especialização técnica, ele te dá oportunidade de repensar diversos atos, diversas formas que você tinha de agir, tanto dentro da sua casa como dentro do seu trabalho, como seu público alvo, que o nosso público alvo é um, um público que ele tá em problema, né? E espera que a solução venha de você, que você chegue numa determinada ocorrência para oferecer a esse cidadão uma solução. E o curso ele te ensina isso, a agir de diversas maneiras e diversas formas, com os diversos públicos. Porque você sabe que cada cabeça aqui é um universo. E no nosso universo a gente tem mais de um bilhão de universinhos que você tem que gerenciar ali. E o curso ele foi te ensinando isso, passo a passo, na teoria, na prática, como lidar nas diversas situações que foram montadas aqui pra gente, que se aproximavam muito da realidade. Seja em rebelião em presídio, desinterdição de via e nas demais situações que eram colocadas muito próximas da realidade.

Os testes de resistência física e mental (passar fome, frio, castigos corporais e emocionais) são constantes. A superação de tudo isso significa um renascimento. O fazer policial nesse momento já era diferenciado, para as mulheres, conforme relatado em campo. O curso significou não apenas um processo de superação, das capacidades físicas e psicológicas, mas também uma forma de se mostrar capaz diante dos colegas de trabalho e familiares.

A superação significa um renascimento e esse renascimento marca um novo ser, que representa a nova percepção sobre sua forma de existir na instituição, que tem habilidades extraordinárias, mas que não deixa de estar na fronteira entre o mortal e o imortal.

O processo de formação constrói outros corpos com poderes extraordinários das policiais que parecem ser a superação dos limites físicos e mentais, o controle das emoções, as habilidades e saberes que adquirem durante a curso. Esforço, superação e sacrifício são três conceitos-chaves que tanto justificam a adesão ao BOPE quanto descrevem a experiência dos cursos e do ritual de passagem.

A farda policial também não se associa a um corpo imperfeito, portador de uma deficiência ou lesão que não se adegue à idealização da atuação esperada de um policial do

Bope. A construção institucional dos corpos e da corporalidade bopeana, portanto, é a de um policial saudável, forte e do sexo masculino, pois ser mulher em uma instituição masculinizada também pode ser sinônimo de um corpo imperfeito.

O discurso que valoriza a virilidade é onipresente na instituição policial e envolve uma linguagem de dominação e controle. A arma, o cassetete e as algemas se tornam elementos através dos quais o corpo policial expressa um determinado discurso de domínio.

As policiais mulheres enfrentam questionamentos por utilizarem a mesma farda que os homens. Policiais homens comentaram comigo sentirem indignação por haver no batalhão mulheres que passaram por um curso específico para elas, mas em nenhum momento questionaram o fato de alguns homens também virem de formações específicas em outros estados. Logo, mais do que formações, é o gênero que está operando como um forte marcador de diferença e de desigualdade (PEREIRA, 2019).

Alguns acham que a farda se “mancha” quando é usada sobre corpos imperfeitos e há uma construção que delimita quem é apto ou não para carregar o *status* de policial do Bope fardado.

As mulheres policiais do Bope que, do ponto de vista de alguns, são pessoas incapazes de portar a farda, demonstram diariamente suas capacidades profissionais, mas é difícil para elas expressarem que o considerado falho em seus corpos advém do modelo masculino proposto pela instituição.

Formas de ocultamento dos corpos femininos, sob fardas talhadas para corpos masculinos não se relacionam apenas com estratégias de invisibilização do trabalho das mulheres policiais, mas também com experiências de desprestígio e de rejeição institucional por elas vivenciadas.

A farda, enfim, é considerada sagrada; logo, deve ser protegida da desonra e da vergonha. Esse aspecto religioso se expressa tanto em discursos, como nos símbolos cultuados pelo batalhão. Em uma parede, vi registradas orações que expressam como deve ser devoto um policial das operações especiais, e quais seus valores fundamentais.

As entrevistadas, de um modo ou de outro, sugerem que eles próprios são vítimas de violência e de sofrimento psíquico, devido às especificidades envolvidas no seu trabalho. Eles reconhecem que os treinamentos, assim como a rotina profissional, produzem um acúmulo elevado de estresse que, muitas vezes, se libera de forma também violenta.

Policiais mulheres declararam que podem estar reproduzindo, entre elas, uma “lógica masculina”, como forma de se defenderem das pressões advindas de um “princípio de

virilidade”. Os homens, por sua vez, também parecem pressionados por premissas de gênero que atravessam a realidade do trabalho policial. O grupo, por exemplo, questiona a orientação sexual do policial que se recusa a participar de rituais de violência, pressionando-o a cometê-la como prova de virilidade. Consequentemente, a capacidade das mulheres é questionada o tempo todo. Isto comprova que as premissas de gênero se articulam tanto na constituição, quanto no gerenciamento do sofrimento dos sujeitos.

A socióloga Giulianna Denari, em “O batom na caveira” (2016), analisa os conflitos que as diferenças de gênero ocasionam nas diversas esferas que compõem a instituição, bem como os discursos acerca da atuação das policiais militares na Polícia Militar de São Paulo, a fim de compreender suas percepções de gênero. A partir da análise de experiências e trajetórias profissionais de policiais mulheres, ela conclui que as representações que envolvem a imagem da mulher na instituição passaram por um processo de transformação, pois antes estavam voltadas para o policiamento comunitário e o assistencialismo. Acreditava-se que, às mulheres, cabia lidar com conflitos, tais como brigas de família e com assistência aos enfermos. Ou seja: prestar atendimentos em situações relativas ao ambiente doméstico, funções comunitárias menos valorizadas pela instituição. Sua pesquisa mostra que, aos poucos, as mulheres se inseriram no policiamento ostensivo, voltado ao combate ao crime, que, portanto, deixou de ser exclusivo de policiais homens. (DENARI, 2016)

Marcos Souza também apresenta, em sua tese “Sou policial, mas sou mulher” (2014), uma reflexão sobre gênero e representações sociais na Polícia Militar de São Paulo. Ele discute os aspectos objetivos e simbólicos que marcam o trabalho feminino em espaços masculinos. Sua pesquisa revela que, a despeito dos avanços observados na trajetória feminina, como a recente unificação dos quadros masculino e feminino na Polícia Militar e a chegada de algumas mulheres a postos situados no topo da carreira, permanecem obstáculos a uma maior presença das mulheres em alguns setores da instituição, como nas unidades operacionais especializadas, que se destacam como “guardiãs da memória institucional da Polícia Militar e de seus heróis”.

Nesse sentido, ele observa que as mulheres policiais se encontram empregadas, em grande parte, nos setores administrativos, sob o argumento de haver maior compatibilidade entre suas características físico-psicológicas e a natureza do trabalho interno, assim como a percepção de que a maior presença feminina no trabalho ostensivo possa representar o enfraquecimento da autoridade policial, particularmente junto a grupos criminosos. Se, por um lado, a imagem feminina na PM é constantemente utilizada para sinalizar o caráter moderno e democrático da corporação, por outro, revela que muitos a sentem como uma ameaça, pois pode descaracterizar o “trabalho policial”, não apenas em virtude da suposta menor capacidade física

das mulheres para enfrentar os desafios das ruas, mas sua inclinação “natural” para uma maior comunicação (SOUZA, 2014).

O treinamento das policiais incita todos a participarem de algum tipo de violência, a fim de que provem, uns aos outros, que são capazes de ser mais fortes do que seus “inimigos”. Assim, os policiais, coletivamente, ridicularizam o medo e valorizam a violência, impondo certas regras de comportamento que excluem do grupo aqueles que demonstram o que é considerado como algum tipo de fragilidade.

Por essa razão, o policial, obrigatoriamente, mantém a aparência de possuir superpoderes, escondendo seus medos e demonstrando seu potencial violento e agressivo. Isto constitui uma premissa do grupo, que é construída cotidianamente nas distintas atividades do batalhão.

Desse modo, a violência aparece como um instrumento de trabalho, necessário e valorizado como uma prescrição pelo próprio Bope, uma característica identitária importante para a realização de suas atividades.

Estranhamento e cobrança

A questão de gênero atravessa toda a trajetória, desde o momento da inscrição até a entrada no Bope. A recepção das mulheres no Bope não foi como elas esperavam: os policiais paralisaram, sem saber como agir na presença delas no ambiente. Elas lembraram muitas situações vividas pelo estranhamento da presença feminina no mesmo espaço.

A narrativa segue no sentido de um estranhamento inicial por parte dos policiais masculinos, tanto os que ingressaram no mesmo ano que as mulheres, quanto aqueles que já estavam há mais anos no batalhão. Inicialmente, elas contaram que os comentários sobre a presença feminina não ficavam restritos entre os próprios colegas. Elas sempre sabiam dos comentários e, às vezes, se um superior os ouvisse falando alguma brincadeira, eram advertidos.

O relato das mulheres na mesma época diz que elas percebiam esses comentários, principalmente nos momentos de treinamento físico, sentiam as diferenças e buscavam se destacar, por ouvirem comentários sobre não conseguirem fazer os mesmos exercícios ou nos mesmos níveis que os seus colegas. Elas já exerciam as atividades, sabendo que qualquer erro poderia ser avaliado como uma questão de gênero e não de técnica.

É importante explicar que uma boa parte das aulas práticas do curso foi ministrado pelos próprios policiais do Bope, o que permitiu que alguns policiais do batalhão acompanhassem de

perto, mas, por ter sido comandado por uma mulher policial de Brasília, sempre havia comentários que tentavam desqualificar a formação das mulheres. Nesse caso, não podemos afirmar se houve esse afastamento dos conflitos vividos ou se não foi possível extrapolar o discurso autorizado, corporativista como forma de proteção ao seu trabalho e profissão para “os de fora”. Mas, nos relatos, é possível perceber o questionamento sobre o posicionamento do batalhão:

A oportunidade e o espaço foi aberto, com todas as resistências, mas foi aberto. Então nós temos que conquistar isso, devagarzinho, vai empurrando, vai mostrando. E eu lembro muito bem de abrir mão disso. Nós não precisávamos estar sendo rejeitadas no teu ambiente de trabalho, nenhuma de nós precisávamos disso. Mas é um espaço que a gente tem que agarrar. Nós estávamos correndo atrás. Passamos pelo curso, foi duro para chegar aqui, a gente sabia que era só o começo. A própria tenente falou isso: “Agora eu deixo vocês aqui, a partir daqui é com vocês. Mostrem o que vocês têm de mostrar e ganhem o espaço”. E ela ia embora voltar para terra dela. Graças a Deus hoje... Mas que deu vontade de desistir, deu. (Policial Militar 2, 2017)

É muito difícil você chegar num local e ver as pessoas virando a cara para você. (Policial Militar 4, 2017)

Por capricho, puro preconceito, uma coisinha boba, entendeu. Só por ser mulher. Já pensou? (Policial Militar 1, 2017)

As mulheres sentiam as diferenças e buscavam se destacar, por ouvirem comentários sobre não conseguirem fazer os mesmos exercícios ou fazê-los nos mesmos níveis que os seus colegas. A desvalorização do trabalho delas tornava o ambiente violento, quando tudo o que era feito pelo trabalho feminino deveria constantemente ser provado no grupo e fora dele.

Com certeza. A gente sempre tem que provar mais.

A gente sempre se cobra mais ainda, a cobrança é maior. Porque se alguém errar se for masculino tudo bem. Mas se for a fem, “olha tá vendo? não era para tá aqui”. A gente sempre sabe que a gente tem que provar duas vezes. Tem que ser melhor duas vezes do que eles. Hoje em dia a gente já sente na nossa companhia e outras também, a gente sente que a gente tá conquistando nosso espaço, ainda não é o sonhado, o desejado, mas com certeza muita coisa já melhorou. E assim, para as missões da nossa companhia, o nosso próprio comandante fala: “não vou colocar porque é fem”. Qualquer missão se for de choque vai Pfem. Ele briga muito por isso, pelo nosso espaço.

Existe uma cobrança maior, mas isso eu te digo que é para o trabalho do batalhão e dentro do batalhão para o trabalho do feminino. Porque nós temos tipos diferentes, nós temos físicos diferentes, então a gente tá trabalhando pra tentar chegar nesse nível aí, porque a gente considera sim que o trabalho masculino ele é muito importante, ele é muito sugado como a gente chama aqui. Existe um suga muito grande da prova, e a

gente tá aqui pra ser sugado mesmo, porque nós nos propomos a isso.
(Policial militar 2, 2017)

Nessas falas das entrevistadas, elas descrevem o quanto são cobradas de forma desigual, e contam que precisaram se esforçar e mostrar sempre suas capacidades em acompanhar o trabalho realizado todo por homens. Além da cobrança externa, elas se pressionam ainda mais dentro do grupo de mulheres, sempre são muito críticas nas análises das atuações e se cobram bastante diariamente.

Elas contam que aquelas brincadeiras narradas como “sem importância”, ou “que tinham um caráter preconceituoso na questão de gênero” eram frequentes, colocando sempre em dúvida a capacidade da policial em realizar as tarefas que a eles também eram colocadas. Mas, com o tempo, elas vêm mostrando sua capacidade e vêm criando um espaço de menos hostil.

O reconhecimento como policial do Bope é o que as motiva a buscar melhorias e lutar pelos seus direitos. Essas mulheres buscaram ao longo de suas formações e carreiras mudar as estruturas estabelecidas para as mulheres na polícia, A trajetória do policiamento feminino nos mostra que essas policiais estão construindo uma história melhor para as futuras policiais e a cada dia exercem um trabalho árduo de modificar comportamentos, pensamentos e estruturas dentro e fora da instituição militar.

Considerações finais

Sobre o início da luta pela inserção das mulheres no batalhão, ninguém sabia dizer exatamente o porquê da abertura desse espaço para as mulheres. A princípio, teria se dado por uma “vontade” do então comandante-geral, por este não ter achado justo com as mulheres, que tinham a mesma formação e funções, não poderem pertencer ao Bope.

Neste *paper*, podemos perceber que houve movimentos de luta para a construção desse lugar que elas ocupam. Todas participaram ativamente de cada momento, ou então, por estes não terem sido bem-sucedidos na época, não deram detalhes sobre o desenrolar das algumas lutas. As demais policiais entrevistadas argumentam que suas conquistas são resultado de méritos reconhecidos, esforço e luta.

Na análise, encontrou-se a construção da violência como parte da construção dos corpos femininos no universo militar. A violência parece constituir a identidade do ser policial do BOPE. A identidade do policial é construída a partir da violência. Além disso, há a produção do medo que perpetua a legitimidade do funcionamento do Estado. Em suma, a violência

aparece desde a formação das policiais, até o trabalho cotidiano desempenhado por essas agentes, que precisam desenvolver justificativas internas e institucionais para legitimar o uso da violência como recurso necessário, indispensável do seu trabalho.

Na pesquisa de campo, observei que as policiais mulheres demoraram mais tempo do que os homens para alcançar outras patentes e, no batalhão, as menores patentes eram ocupadas por elas. O trabalho das policiais está marcado pelas relações de poder e de gênero, assim como as dificuldades que encontram no exercício de sua função.

Além da dificuldade dessas mulheres conciliarem diferentes tipos de atividades e papéis sociais, uma questão levantada pelas interlocutoras é a dupla jornada, que dificulta que uma mulher se dedique com mais afinco e exclusividade à carreira, impulsionada pelo machismo institucionalizado, evidente inclusive na reunião de “estudo de caso” feito pelas mulheres. Assim, na organização militar, a mulher não define os objetivos e metas que tem que alcançar e pelos quais é medida em termos de resultados. No comando das organizações militares, estão presentes os homens ocupando as mais altas patentes, em postos que definem os rumos estratégicos da instituição. De outro modo, essas mulheres hoje ocupam postos no Batalhão de Operações Especiais antes ocupados apenas por homens e enfrentam estigmas criados quanto à capacidade de uma mulher desempenhar funções de liderança e de poder. A instituição impõe um elevado nível de exigências e cobranças sobre os policiais. Entretanto, observei que ela é particularmente mais exigente com as mulheres.

A pesquisa teve como principais achados o processo de transformação do próprio trabalho de polícia, a partir da análise do trabalho feminino. O policiamento do Bope, voltado ao combate ao crime, deixa de ser exclusividade do trabalho masculino e passa a ser o foco de atuação do trabalho feminino.

Podemos também destacar, como resultado desse processo, as diferenças e disputas acerca dos discursos sobre o feminino. Percebe-se mudanças no olhar institucional acerca do trabalho das policiais femininas, de uma ótica da fragilidade, para a concepção da policial guerreira. Por fim, há a tendência discursiva de apagar as diferenças e classificar todos enquanto policiais, o que foi reconstruído a partir do olhar das próprias policiais sobre sua trajetória no Bope.

BIBLIOGRAFIA

BITTENCOURT, Palmira das Neves. **Vinte anos da inclusão da mulher na polícia militar do Amapá**: estudo sobre as relações profissionais e as relações de gênero: equidade ou diferença?. Dissertação de Mestrado em Planejamento e Políticas Públicas, Universidade Estadual do Ceará. Macapá, 2010.

DENARI, Giulianna Bueno. **“Batom na caveira”**: um estudo sobre as mulheres na Polícia Militar do Estado de São Paulo. Dissertação de Mestrado em Sociologia. São Carlos: UFSCar, 2016.

MUNIZ, J. **A crise da identidade das polícias militares brasileiras**: dilemas e paradoxos da formação educacional. *Security and Defense Studies Review*, v.1, pp. 177-198, 2001.

NUMMER, Fernanda Valli. **Ser polícia, ser militar**: o curso de formação na socialização do policial militar. Niterói: EDUFF, 2005. 148

OLIVEIRA, J. **Polícia, masculinidade e violência**: um estudo das práticas dos policiais na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. 2011. 200f. Tese de Doutorado em Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

PEREIRA, Ana Caroline Bonfim. ***Corpo-Arma: percepções etnográficas do trabalho policial em Macapá/AP***. Universidade de São Paulo, 2019. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2019.

SILVA, Silvana Kelly de Moraes da. **Mulheres policiais**: um estudo sobre a presença feminina na polícia militar do Amapá. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Integrado Regional. Universidade Federal do Amapá. Macapá, 2015.

SIRIMARCO, Mariana. **A Vida com Farda**: O vestimento policial como relato institucional em disputa. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 28, n. 82, pp.31-43. 2013.

_____. **“O Cume dos Heróis”**: a escritura emotiva de um relato policial. *Intersecções* (Rio de Janeiro) v. 19 n. 1, p. 129-149, jun. 2017.

SOARES. Luiz Eduardo. **Elite da Tropa 2**. Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 2010.
_____. **Novas políticas de segurança pública**. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 47, 2003.

SOUZA, Marcos Santana de. (1980). **"Sou policial, mas sou mulher"**: gênero e representações sociais na Polícia Militar de São Paulo. Campinas, SP, 2014.